



ACTAS

TOMO II

**Património: Estudos, Defesa e Valorização
Turismo e Desenvolvimento Regional**

30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017

CASA DAS ARTES

ARCOS DE VALDEVEZ



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 5.º Congresso Internacional
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Data:

Novembro de 2020

ISBN:

978-972-9136-87-0

[Título: Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro
Arcos de Valdevez, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017]

[Autor: Vários]; [Co-autor(es):]; [Suporte: Eletrónico]; [Formato: PDF / PDF/A]

Turismo e Desenvolvimento Regional



BOTICAS: UM TERRITÓRIO, UM PATRIMÓNIO, UM DESTINO TURÍSTICO?

OLGA MATOS

Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Lab2PT
Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho
omatos@estg.ipv.pt

ISABEL FREITAS

Universidade Portucalense/Lab2PT
Laboratório de Paisagem, Património e Território da Universidade do Minho
ifc@uportu.pt

Resumo

Os territórios são focados nos recursos do património e da cultura, como elementos que caracterizam e identificam uma forma diversificada e promotora de uma identidade. Nas suas diversas dimensões, a história e o património oferecem ao visitante uma multiplicidade de conhecimentos, experiências e emoções que marcam tempos e lugares e que hoje são necessários para conhecer e comunicar meios para encontrar estratégias de desenvolvimento do território.

Assim, o estudo e o reconhecimento do terreno permitem-nos compreender lugares, paisagens culturais, marcas em vários contextos territoriais, onde os visitantes podem experimentar a cultura, a natureza, como contributo essencial para o bem-estar, como manancial de experiências e de autenticidade.

Boticas é um daqueles lugares onde a história e a cultura das pessoas construíram uma identidade forte e rica em recursos culturais que podem constituir-se como elementos-chave para a construção de redes territoriais de formas de desenvolvimento fortes e atraentes, para a inovação em atividades económicas locais com impacto no turismo.

Tendo em mente isso, o presente trabalho tem como objetivo contribuir para um primeiro diagnóstico do potencial turístico, da história, da cultura e do património, para entender como podem contribuir para promover a identidade de um território. Os objetivos definidos para este trabalho fazem parte de um projeto maior desenvolvido pelo Lab2PT – Laboratório de Paisagem, Património e Território, Universidade do Minho, entre 2015 e 2017. Este projeto intitulado “Contribuição para a sustentabilidade turística do município Boticas” beneficia do apoio das autoridades públicas do município de Boticas.

Uma primeira abordagem diagnóstica patrimonial inicial, nomeadamente do património material e imaterial, apresentou-se como necessária e vital para a sustentação de um fio condutor de investigação, capaz de aferir as reais capacidades e o potencial patrimonial do município de Boticas.

Procedeu-se, assim, ao diagnóstico do território com identificação dos elementos do património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios), optando, neste primeiro momento, pelo levantamento do património cultural material onde se enquadra o património edificado (religioso, civil, arquitetura rural das aldeias e arquitetura militar), o património arqueológico e os equipamentos culturais, como principais categorias. Para o conseguir foi realizada uma revisão da literatura, ajudada por alguns dados em arquivo, nomeadamente as Memórias Paroquiais (1758), fontes essas que até hoje se mostraram de importância vital na descoberta dos recursos e do território. Todas estas fontes históricas foram analisadas posteriormente, como complementaridade do diagnóstico patrimonial do território, uma vez que conservam dados históricos da máxima importância.

Após a revisão bibliográfica foram categorizados os elementos patrimoniais que em trabalhos já realizados e escritos estavam dispersos e desagregados. O quadro de categorização patrimonial reuniu os recursos patrimoniais do território em grupos conceptuais e estruturais do que serão os elementos de potencial turístico patrimonial do município.

Foram, depois, elaborados quadros, organizados por freguesia, onde constam as categorias patrimoniais com a referência de cada elemento patrimonial, bem como a sua localização, georreferenciação e fotografia.

Os primeiros resultados deram a conhecer que existem no município recursos patrimoniais não explorados capazes de incrementar a demanda turística do território de Boticas, mas, no entanto, não há uma estratégia concertada para o desenvolvimento do turismo cultural e patrimonial neste território e, posteriormente, para seu desenvolvimento económico e social.

Palavras-chave: História; Recursos; Património; Turismo Cultural; Desenvolvimento Rural.

1. PATRIMÓNIO, TERRITÓRIO E TURISMO

Sabemos que a história e o património cultural são pilares importantes no setor do turismo, parceiros de domínio nas questões territoriais e no seu desenvolvimento, muitas vezes descritos como uma das forças económicas. Os territórios encontram nos recursos patrimoniais e culturais elementos que os qualificam de uma forma diversa e promovem a sua identidade. Pela sua importância e representatividade é necessário dar atenção à sustentabilidade das regiões que podem assentar a sua atratividade na visitação do património.

A designação de “património” é ampla e engloba o natural e o cultural. Este estudo pretende situar-se no património cultural, em particular na sua vertente tangível.

Entendemos por património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor civilizacional ou cultural, são portadores de interesses relevantes e, como tal, devem ser objeto de especial proteção e valorização (Lei de Bases do Património). A Convenção de Faro (2005) definiu património cultural como grupo de recursos do passado identificados como “a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time”. Acrescenta Prats (2009, p. 86): património é “uma construção social” com relevo, criada num determinado momento da história, com objetivos claros e com uma edificação simbólica possível de ser analisada. Dormaels (2012) trabalhando esta questão da construção social, é, ainda, de opinião que todo o património é local pela “unicidade de relações” que estabelece com uma determinada comunidade responsável pela construção do significado simbólico.

É neste diálogo de passado/presente que surge o património e se concretiza a “medição” do seu valor. É nesta relação que nasce a “identidade de um território”. Estes dois momentos, o momento da sua criação e o momento presente, são imprescindíveis para compreendermos como *usar* e como comunicar/interpretar o património. Nestes dois tempos, o historiador e o arqueólogo (tratamos de património histórico tangível) têm uma dupla tarefa: a de revelar o valor e de dar a conhecer os significados, através de metodologias de trabalho que permitam conhecer os objetos enquanto “uma construção social” num tempo e num espaço.

Nestas interpretações estão presentes algumas questões conceptuais fundamentais para serem trabalhadas previamente à integração do património nos domínios turísticos, ou seja, anteriormente à disponibilização de *usos* (visitação) e significados (comunicação e interpretação). Desde já o entendimento de “uso” que segundo a Carta de Burra (1999) que o explicita são as funções de um sítio, atividades e práticas que aí possam ocorrer. No entanto, preferimos o “uso compatível” que a mesma carta explicita como sendo um uso que respeita a significância cultural de um sítio. É essencial entender os valores civilizacionais ou culturais, a proteção e a valorização, a construção social passível de ser analisada e os significados do património na horizontalidade do tempo. Em suma, para disseminar o património cultural de um território, para um determinado público, é necessário percorrer um longo caminho.

Em primeiro lugar, coloca-se a questão do valor, a “significância patrimonial”. A carta de Burra (1999) refere que “significância” é o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas presentes e futuras. Com base nesta definição de património com significado, nascem diversos documentos de nível internacional.

A Carta Internacional para a Interpretação (Carta *Enane* 2007) assume como fundamental a interpretação e a apresentação como parte importante e vital do processo global de Conservação e Gestão do Património Cultural. Define os princípios básicos da Interpretação e da Apresentação como elementos essenciais para os esforços de conservação do património e como ferramenta básica para a apreciação e compreensão do público dos sítios culturais patrimoniais, baseados nos 7 princípios que constam da Carta: Acesso e Compreensão, Fontes de Informação, Contextos e Envolvências, Autenticidade, Sustentabilidade, Inclusão e Participação e, finalmente, Investigação, Formação e Avaliação.

É a partir destes princípios e neste contexto que Matos (2008) salientou alguns critérios para a valorização de um monumento ou sítio. Partiremos desse contexto para avançar de forma dirigida para a valorização do património em Boticas e para a criação de metodologias e critérios para criar uma carta patrimonial do Concelho de Boticas. Neste estudo ficaremos apenas pela identificação do valor histórico e científico de uma forma breve e apenas enunciativa de futuros trabalhos.

No que concerne à proteção e valorização, outras questões se colocam. No uso do património pelo turismo, os valores económicos podem trazer riscos de desgaste, mas traz também dividendos que podem ser aplicados na conservação, proteção ou melhoria das suas condições de acessibilidade. É conhecido que, esta forte relação do turismo e do património, pode diligenciar a conservação e a preservação dos elementos históricos tangíveis e intangíveis, permitindo aos territórios concretizar a qualidade do acolhimento, a divulgação e comunicação dos seus recursos, em mais larga escala, e encontrar novas formas de sustentabilidade que promovam, num sentido crescente, a visitação.

Para que a relação exista, é necessário conhecer bem as partes, os seus valores e objetivos e entender de que forma esse desenvolvimento, assente nos recursos patrimoniais, se podem efetuar com sustentabilidade. Salientar-se-ia Vinuesa (1998) que destaca que a gestão do património como recurso turístico levanta novos desafios, dado que estamos perante um recurso “não renovável”. Não restam dúvidas que esta simbiose, da não renovação do património e dos valores económicos do turismo, obriga a uma leitura integrada e a um entendimento conceptual e de práticas, aprofundado.

Mas, mais difícil, ainda, poderá representar o consenso sobre os limites de posições a que se referem a proteção e conservação do património e o seu uso. Refere-se a esta posição de dualidade a Carta de Veneza (1964) que aponta para o uso dos monumentos como facilitador do processo de conservação, deixando uma abertura para a intervenção nos monumentos desde que se mantenham “decorações e formas”. Discurso tão aberto que permite uma infinidade de interpretações e de ações. Neste caso, caberá à gestão do património/território encontrar soluções sustentáveis.

Na sequência deste pensamento, a Carta Internacional sobre Turismo Cultural (1999) assume o património natural e cultural como um forte atrativo para o turismo e explicita que o turismo pode captar a vantagem económica que o património proporciona e investir fundos na sua conservação e educação da comunidade, mas assinala que a má gestão ou os excessos colocam em perigo a integridade do património cultural e natural.

Da mesma forma, o Código de Ética Mundial para o Turismo (2001), assinala que a atividade turística se desenvolve com o respeito pelo património cultural sob a promessa de transmissão desses bens às futuras gerações. Concede particular atenção à proteção e reabilitação de monumentos, sítios e museus que devem estar amplamente abertos às visitas turísticas. Aponta como importante a afetação de verbas, provenientes da frequência de monumentos e sítios, à conservação, proteção e melhoria do mesmo. Refere,

ainda, que a atividade turística se organiza de forma a contribuir para a sobrevivência da identidade cultural tradicional e infere que a mesma não conduza à sua normalização e empobrecimento. Coloca-se na gestão dos recursos do território uma tónica especial.

Em 2008 a Carta de Itinerários Culturais (ICOMOS) vem acentuar a relação do património e do turismo, reconhecendo que um itinerário cultural, divulgado de forma autêntica e com respeito pelos valores históricos, é uma realidade com significativa importância para a coesão territorial e desenvolvimento sustentável.

A análise documental evidencia bem as oportunidades decorrentes desta relação, explicita valores de convívio, deixa, no entanto, abertas as vias de concretização. É nesta abertura que a investigação, com impacto no território, se concretiza como uma preocupação imediata, uma vez que, nesta relação, é necessário ter em conta que visitantes e visitados tenham experiências positivas que reforcem o valor do património e aumentem a fidelização e os índices de visitação. Acentua-se, claramente, a necessidade urgente da colaboração entre especialistas das áreas envolvidas nestas questões que pensem os recursos do território, identifiquem o seu valor cultural e civilizacional e os comuniquem de forma a captar benefícios económicos que possam ser investidos na salvaguarda dos objetos de identidade.

O aumento da visitação traz consigo riscos que devem ser pensados desde os primeiros momentos e colocados nas questões iniciais do planeamento num determinado território. Nesta ordem de ideias, Patin & Vincent (1993) expõem os riscos do património face à utilização turística em quatro grandes questões: frequência excessiva; perda de identidade cultural; oferta cultural descontrolada face ao crescimento do turismo; o próprio sucesso dos monumentos e sítios. Por frequência excessiva entende-se a sobrelotação, mas também a visita continuada que naturalmente provoca a desvirtuação cultural. Os recursos patrimoniais ao exercerem sobre os visitantes um poder relacional e uma atratividade, que caracteriza qualquer processo de conhecimento das gentes e participação na cultura local, podem exceder os limites das estratégias de animação e exploração, caindo com facilidade na desvirtuação. No que toca à exploração económica de bens culturais, o poder económico pode falar mais alto que o cultural.

A estes riscos poderíamos acrescentar que as acessibilidades e mobilidade no território devem ser equacionadas em direção a pontos-chave, mas devem ser pensadas para não desvirtuar a essência dos territórios, o que lhes permite desenvolver a diversidade e a atratividade pela diferenciação. “Access, facilities and services should be responsive to resource characteristics of resistance and resilience, and be resource focused, low impact and directed towards resource appreciation and protection”. Carter and Bramley (2002, p. 187).

Colocam-se, neste campo, outras questões como o planeamento e a gestão do território face à autenticidade perante os desvios ou o esforço da identidade face à globalização. Concordamos com Prats (2003) que refere que o património deve ser o instrumento central da planificação local que integre a comunidade local na construção do futuro. Conviver com o número crescente de visitantes, evitar a anarquia, proporcionar a acessibilidade ao património e manter monumentos e sítios economicamente rentáveis, são desafios urgentes para a relação emergente do património e do turismo.

A acrescer ao número crescente de visitantes, assinala-se que nem todos têm as mesmas motivações para visitar monumentos, sítios ou cidades históricas. Conforme bem concluíram Poria, Butler & Airei (2003) os visitantes dos espaços históricos e culturais definem-se por “*heritage tourists and tourists at heritage places*”, o que significa que nem todos terão os mesmos comportamentos, nem todos terão a mesma leitura ou o mesmo interesse pelas questões patrimoniais ou nem todos estarão sensibilizados para o seu valor e a sua conservação.

É, assim, necessário sensibilizar o público e fazê-lo entender do real valor patrimonial para que os seus interesses se dirijam na qualidade do que é a real reconhecimento de um património a salvaguardar,

mesmo não sendo o património o principal motivo da deslocação. Sublinham Schemuckle-Mollard & Mosser (1993) que o modelo de gestão do património é o que valoriza o monumento respeitando-o e o que ensina ao visitante a leitura, encontrando um equilíbrio entre o que é a conservação dos bens e o património espetáculo.

Como conclusão, poderíamos reforçar que a gestão de recursos da história e do património deverá contar com a colaboração constante de especialistas que, através da investigação e monitorização, planeiem o território cultural. Numa abordagem de consenso entre a proteção do património e *uso* e visitação, é necessário o envolvimento de todos os atores locais no entendimento do valor do património para o turismo, numa perspetiva de salvaguarda desses recursos “para futuras gerações”. É indispensável envolver os principais parceiros em objetivos comuns.

O caminho aponta para a exploração dos destinos turísticos de património, bem como para o incremento de verbas daí decorrentes que, numa eficaz articulação de gestão, poderá favorecer o património e dos valores culturais e históricos. Conforme referem Aas, Ladkin & Fletcher (2005) é necessário compreender totalmente os benefícios comuns entre os dois setores ao nível dos objetivos económicos e proceder a um entendimento comum entre parceiros para que desenvolvam uma relação de superação de problemas.

É esta a nossa proposta.

2. METODOLOGIA

Depois de identificadas as principais questões situadas em torno da relação do património e do turismo, é importante criar um modelo metodológico que permita a colaboração e o benefício no interesse do desenvolvimento de um território.

Numa primeira fase, é necessário identificar a identidade do território e os seus recursos com interesse histórico e patrimonial, para, num segundo momento, contribuir para o desenvolvimento participativo e sustentável.

Optamos pelo levantamento do património cultural material, conforme foi já referido. Este levantamento decorre da análise documental histórica, da exploração monográfica do concelho, seguida de confirmação no terreno do estado de conservação e da inalterabilidade desse património da sua forma original, com intuito de criar critérios que permitam tirar conclusões sustentadas no que concerne ao valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas presentes e futuras (Carta de Burra, 1999) e formas adequadas de Conservação, Interpretação e Apresentação Pública (Carta *Ename*, 2007).

Depois de identificados os recursos com mais elevado potencial no território, estes serão avaliados nas características artísticas, históricas e patrimoniais, avaliada a sua importância para a comunidade e para o desenvolvimento do território e a sua capacidade de resistência aos *usos*. Com a aplicação de critérios de valorização, o património construído será categorizado como: Recursos com valor histórico e patrimonial e de visitação para o concelho; Recursos com valor histórico e patrimonial e de visitação cujo estado de conservação exige necessidade de intervenção; Recursos com baixo valor histórico e patrimonial e de visitação, em mau estado de conservação ou alterado na sua forma original; Recursos com valor histórico e patrimonial, mas não visitáveis.

Depois de identificados e diagnosticados estes recursos, será traçado um plano de proteção, conservação, interpretação, divulgação e monitorização. Estará o território diagnosticado e planeado, pronto a ser gerido para visitação.

3. BOTICAS: PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E RECURSOS

Boticas é um destes lugares onde a história e a cultura das gentes construiu uma identidade forte e rica em elementos patrimoniais que poderão, ao ser conhecidos, estudados e trabalhados, constituir elementos chave para a construção de redes territoriais e fortes atrativos de desenvolvimento e de inovação nas atividades económicas locais com impacto no turismo.

Sede de concelho do distrito de Vila Real e província de Trás-os-Montes integrado na NUTE III, foi concelho formado em 1836, pela reforma administrativa, com freguesias desanexadas dos concelhos de Montalegre e Chaves e é hoje constituída por 10 freguesias (resultantes da anexação das iniciais 16) tendo a de Boticas o orago de S. Salvador. Divididas em 52 povoações e diferentes lugares são estas as freguesias que hoje estão agrupadas, disseminadas pelo vasto concelho: Alturas do Barroso, Ardãos, Beça, Bobadela, Boticas, Cerdedo, Codessoso, Covas do Barroso, Curros, Dornelas, Fiães do Tâmega, Granja, Pinho, São Salvador de Viveiro, Sapiãos e Vilar (Câmara Municipal de Boticas 2006).

Em 2001, com 6417 habitantes, o concelho de Boticas apresentava uma densidade populacional de 19,2 hab/km², tendo uma área aproximada de 322 km² (Gonçalves 2007), registando-se hoje um número mais baixo, de cerca de 5750 indivíduos (Ribeiro *et al.*, 2014).

Em termos de vizinhança está confrontado pelos concelhos de Montalegre ao Norte e Oeste, bem como pelo de Cabeceiras de Basto; ao Sul faz limite com Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena, terminando o seu contorno pelo concelho de Chaves, a Este. Terra transmontana, montanhosa, atravessada por grandes planaltos é caracterizada por antigas formas de comunitarismo agrário, com destaque nas suas particularidades culturais e humanas, bem como económicas. Fontes de riqueza, a criação e comércio de gado bovino, com destaque para a raça barrosã, antiga terra do Barroso, à qual deu o nome, bem como caprino e lanígero, constituem um dos fatores que mais nome dão à região. Geograficamente caracterizada por um registo altimétrico acidentado, tem nas suas montanhas, Serra do Barroso e a Serra do Leiranco, os lugares estratégicos para a observação da sua paisagem composta pelas aldeias e lugares do concelho, dispostos em planaltos (Câmara Municipal de Boticas, 2006).

Boticas, com uma extensa rede hidrográfica, com os Rios Covas, Tâmega, Terva e Beça, complementados com variadas linhas de pequenos ribeiros, riachos e lagoas, tem na água uma das suas grandes riquezas, facilitando as atividades agrícolas, desde as regas, à produção e moagem de cereais – atestada pela enorme presença de moinhos salpicando a paisagem – pela pesca e pela produção de energia. Decorrente da excelente rede hidrográfica, da sua produção agrícola destacam-se os cereais de grão, essencialmente o centeio, o milho e a forragem, tendo a vinha uma produção de pequena escala e sendo para consumo interno, à exceção do Vinho dos Mortos que tem acentuado a sua produção e fama no exterior do concelho. Esta rede hidrográfica, com fins forrageiros, ocupa um lugar privilegiado, sendo a paisagem marcada, em abundância pelos lameiros, sempre verdejantes, com muita água, facilitando as práticas agrícolas (Câmara Municipal de Boticas, 2006). É região privilegiada pela qualidade doutros produtos locais ligados à gastronomia, alguns dos quais com Denominação de Origem Protegida (DOP), como o Mel do Barroso e a Carne Barrosã, já referida, ou com Indicação Geográfica (IG).

Tem a região em termos de produção florestal uma mais-valia com o vidoeiro, carvalhos, os negrais, o pinheiro bravo, o castanheiro e uma vegetação de tojos, urzes e carquejas, o pinheiro bravo, em relevo na economia local através da comercialização da madeira, bem como em atividades em que a floresta é central, tal como a caça, a apicultura e a resinagem e a exploração de cogumelos bravos, alguns dos quais comestíveis e utilizados na gastronomia local, tais como os míscaros, os tortulhos e os “Frades”. Esta variedade florestal já se encontrava registada nas Memórias Paroquias de 1758, onde surgem as trutas, os escalos e os barbos, as bogas e as enguias, a perdiz, a lebre, o coelho, a codorniz e o pato bravo a

ocuparem um destaque. Na fauna, genericamente, estão presentes a raposa, o lobo, a águia, a doninha, a coruja e o mocho real (Câmara Municipal de Boticas, 2006).

Em termos de clima podemos caracterizar Boticas como Terra Fria de Montanha, Terra Fria de Planalto e Terra de Transição, já que exposto às influências continentais, o concelho apresenta contrastes climáticos profundos, com Verões muito quentes e curtos e Invernos agrestes e prolongados (Câmara Municipal de Boticas, 2006).

As atividades económicas estão assinaladas com a presença de algumas indústrias, de Águas, Cordas, Extração de Granitos e Fumeiro tradicional. As atividades de comércio e outros serviços apontam para o comércio local, cafetaria e restauração, despontando o turismo, de forma ainda insipiente, com um número reduzido de hóspedes. Em 2013, registaram-se no município 1 329 hóspedes, pernoitando, em média, 1,4 noites (INE, 2013). As atividades de venda de produtos locais, com as feiras temáticas de artesanato e gastronomia (Feira do Mel de Barroso e da Carne Barrosã, Feira Gastronómica do Porco) são, no entanto, uma realidade em crescendo neste concelho.

Está Boticas, igualmente, equipada com escolas, equipamentos de saúde e assistência social, assim como áreas desportivas e de lazer, a que acresce a presença de outros equipamentos culturais e educacionais, tais como Museus, Biblioteca e Auditório.

Boticas, tal como já foi afirmado, é um lugar onde a história e a cultura das gentes construiu uma identidade forte e rica em elementos patrimoniais que poderão, ao ser conhecidos, estudados e trabalhados, constituir elementos chave para a construção de redes territoriais e fortes atrativos de desenvolvimento e de inovação nas atividades económicas locais com impacto no turismo.

A forte incidência, nos dias de hoje, de políticas de aproveitamento turístico dos monumentos e sítios prende-se com a tomada de consciência de que é absolutamente irrealista a conservação de todos os locais com vestígios do passado. É também ponto assente que nenhum sítio deva ser destruído antes de uma prévia investigação. Por conseguinte, restam-nos duas atitudes possíveis: estudar todos os locais de interesse histórico e arqueológico com o intuito do seu conhecimento, de forma a cimentar o melhor possível o entendimento do passado; selecionar, criteriosamente, os locais a conservar e a apostar em termos de projeto de valorização, para finalidades de usufruto social do público.

Seguindo a metodologia proposta, identificamos os locais com história e património cultural construído de Boticas, pelo que temos, no momento, um mapa patrimonial do concelho do ponto de vista de recursos patrimoniais construídos. Será ainda necessário, no futuro, proceder ao levantamento do património cultural móvel e imaterial e do património natural que acrescentarão elementos significativos e promotores de desenvolvimento local.

Assim, neste trabalho, uma primeira abordagem diagnóstica, apresentou-se como necessária e vital para a sustentação de um fio condutor de investigação, capaz de aferir as reais capacidades e o potencial patrimonial deste concelho. Essa orientação ajudará a sustentar os atrativos de desenvolvimento turístico, sem pôr em causa a continuidade dos projetos de investigação com finalidade do aprofundamento do conhecimento dos monumentos e sítios arqueológicos de Boticas.

Procedeu-se, numa primeira etapa, ao diagnóstico do território com identificação dos elementos do património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios), optando, neste primeiro momento, pelo levantamento do património cultural material onde se enquadra o **património edificado** (religioso, civil, arquitetura rural das aldeias e arquitetura militar), o **património arqueológico e os equipamentos culturais**, como principais categorias.

Foram, depois, elaboradas tabelas, organizadas por freguesia, onde constam as categorias patrimoniais com a referência de cada elemento patrimonial, bem como a sua localização. Nelas constam, igualmente e sempre que for o caso, as designações populares e/ou todas as designações por que são

conhecidos esses recursos. Não foram considerados, nesta fase, bens móveis ou bens imateriais. Igualmente, não foram considerados imóveis de construção recente (por exemplo alguns fornos do povo), bem como não foram considerados os dados referentes às construções em madeira (nomeadamente pontes e pontões) referenciados nas Memórias Paroquiais, pela óbvia incapacidade de conservação nos dias de hoje.

Este levantamento preliminar teve por base o cruzamento de várias fontes, nomeadamente as *Memórias Paroquiais* (1758), a *Monografia do Concelho*, editada pela Câmara Municipal, bem como os dados do *Inventário Arqueológico de Boticas* e outras obras de referência com inventariação específica dos sítios arqueológicos (Câmara Municipal de Boticas, 2006; Martins, 2010; Fontes e Andrade, 2010).

De algumas referências a recursos que constam nas *Memórias Paroquiais* não foi possível, ainda, localizar ou mesmo identificar, recursos esses que só pode vir a ser esclarecida a sua localização com o trabalho de campo, pelo que, nesta fase essas referências não estão vertidas nas tabelas que apresentamos.

Resultou, assim, deste trabalho preliminar, um conjunto vasto de bens patrimoniais, com destaque para os castros e povoados, igrejas e capelas e um conjunto de casario tradicional e anexos tradicionais, resultantes das práticas agrícolas, tais como fornos comunitários, moinhos, fontes e bicas. É evidente, desta inicial fase de trabalho, um conjunto alargado de dificuldades e dúvidas que só a prospeção no terreno ajudará a dissipar.

Assim, para além da verificação da existência de dados recursos – evidenciados pelas Memórias Paroquiais e sem correspondência nos dias de hoje – importa avaliar os existentes, bem como procurar novas evidências, alinhar descrições, referenciar e ajustar localizações, determinar o potencial turístico ou de visitação, com a análise das necessidades de intervenção, no que diz respeito a futuras ações de proteção, conservação, interpretação, divulgação e monitorização.

Assim está traduzido esse levantamento:

Tabela n.º 1 – Levantamento de recursos do concelho de Boticas

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
Freguesia Alturas do Barroso		
Património Arqueológico	Castro de Vilarinho Seco ou Couto dos Mouros ou Coto da Moura	Vilarinho Seco
	Castro do Coto dos corvos	Alturas do Barroso
	Mamoá da Pedra do Sono	Pedra do Sono
	Mamoá do Chã do seixal	Chã do Seixal
Património Edificado	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Alturas do Barroso
	Capela de Sampaio	Vilarinho Seco
	Capela de Santa Margarida	Atilhó
	Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena	Alturas do Barroso
	Capela de Santo António	Alturas do Barroso
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Casas de Vilarinho Seco	Vilarinho Seco
	Forno do povo	Alturas do Barroso
	Forno do povo	Atilhó
	Forno do povo	Vilarinho Seco

BOTICAS: UM TERRITÓRIO, UM PATRIMÓNIO, UM DESTINO TURÍSTICO?

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
	Relógio de sol	Vilarinho Seco
	Moinhos	Rio Terva
Equipamentos Culturais	Museu Rural	Alturas do Barroso
Freguesia de Ardãos		
Património Arqueológico	Calçada romana/via/Caminho de Ardãos	Caminho de Ardãos/Pindo
	Calçada romana/via/Caminho da Sangrinheira/Senhor do Bonfim	Sangrinheira/Senhor do Bonfim
	Calçada romana/via/Caminho Fragão do Fôjo	Fragão do Fôjo/Ardãos
	Calçada romana/via/Caminho da Malhó	Caminho da Malhó/Ardãos
	Castro da Malhó ou Amalhó	Poente de Ardãos
	Castro da Murada da Gorda ou Castro da Gorda	Nordeste de Ardãos
	Castro do Muro de Cunhas	Muro/Cunhas
	Povoado da Senhora das Neves	Senhora das Neves/Povo de Paredes
	Povoado do Alto da Ribeira	Alto da Ribeira/Lugar de Susana
	Batocas (minas)	Minas de Batocas
Património Edificado	Alminhas	Ardãos
	Cruzeiro	Ardãos
	Calvário	Ardãos
	Capela de Santo António	Ardãos
	Capela de S. Roque	S. Roque
	Igreja paroquial de Ardãos/Igreja de Santo André	Ardãos
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Forno do povo	Ardãos
	Fonte de mergulho	Ardãos
	Casarios tradicionais	Ardãos
Freguesia de Beça		
Património Arqueológico	Castro de Carvalhelhos (IIP)/Castelo dos Mouros	Carvalhelhos
	Castro de Lavradas	Lama Chã
	Mamoas de Fornelos	Fornelos
	Alto do Coto/Coto de Carvalhelhos/Mina de Carvalhelhos	Carvalhelhos
	Torre de Seirrãos/Atalaia	Entre Quintas e Seirrãos
	Via de Esculca/via romana	Beça
Património Edificado	Capela da Senhora da Saúde	Quintas
	Capela de Nossa Senhora de Fátima	Torneiros
	Capela de S. Mamede	Vilarinho de Mó
	Capela de S. Martinho	Seirrãos

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
	Capela de Santa Bárbara	Carvalhelhos
	Capela de Santo António	Lavradas
	Alminhas de Nossa Senhora da Conceição	Carvalhelhos
	Cruzeiro de Nossa Senhora da Conceição	Carvalhelhos
	Igreja de Nossa Senhora da Apresentação	Beça
	Igreja de S. Bartolomeu	Beça
	Ponte Pedrinha (Ponte Medieval (IIP))	
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Fonte de Mergulho	Beça
	Forno Comunitário	Carvalhelhos
	Forno do Povo de Quintas	Quintas
	Forno do Povo de Vilarinho da Mó	Vilarinho da Mó
	Forno do Povo de Lavradas	Lavradas
	Forno do Povo de Pinhal Novo	Pinhal Novo
Freguesia Bobadela		
Património Arqueológico	Castro da Nogueira	Castro/Boca do Tanque
	Castro do brejo ou Cidadonha	Cidadonha/Bobadela
	Gravuras de Barrenhas	Barrenhas
	Mina do Brejo/Lagoa do Brejo	Brejo/Bobadela
	Necrópole de Lageado/Casa dos Arcos	Lageado/Casa dos Arcos
	Povoado do Carregal	Carregal/Poço de Freitas
	Poço de Freitas (mina)	Bobadela
	Calçada / via romana / caminho por Ribeira do Videiro	Ribeira do Videiro
Património Edificado	Alminhas	Bobadela
	Base de Cruzeiro	Bobadela
	Calvário	Nogueira
	Capela S. Lourenço	Bobadela
	Capela de S. Mamede	Nogueira
	Casa da Família Macedo	Bobadela
	Cruzeiro	Bobadela
	Cruzeiro	Nogueira
	Casa senhorial	Bobadela
	Janela manuelina	Bobadela
	Igreja Paroquial de S. Miguel	Bobadela
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Relógio de sol	Bobadela
	Casario tradicional	Bobadela
	Forno do povo	Nogueira
	Forno do povo	Bobadela

BOTICAS: UM TERRITÓRIO, UM PATRIMÓNIO, UM DESTINO TURÍSTICO?

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
Freguesia Boticas		
Património Arqueológico	Castro do Outeiro do Prado	Boticas
Património Edificado	Calvário	Boticas
	Antigos Paços do Concelho	Boticas
	Capela de Santo Aleixo	Sangunhedo
	Casa brasonada	Eiró
	Igreja de Santa Bárbara	Eiró
	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Livração	Boticas
Equipamentos Culturais	Museu Rural de Boticas	Boticas
Freguesia Cerdedo		
Património Edificado	Igreja paroquial de S. Tiago	Cerdedo
	Casa do Morgado	Coimbró
	Capela de Santo Amaro	Coimbró
	Capela de Nossa Senhora da Ajuda	Virtelo
	Capela de Nossa Senhora do Monte	Cerdedo
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Assento de lavoura	Cerdedo
	Conjunto habitacional de Cerdedo	Coimbró/Cerdedo
	Forno do povo	Coimbró
	Forno do povo	Cerdedo
	Moinhos	Cerdedo
Freguesia Codessoso		
Património Arqueológico	Castro do Alto da Coroa/Castro da Naia/Rio Mau/Poio	Codessoso
Património Edificado	Calvário	Codessoso
	Capela de Nossa Senhora de Guadalupe	Codessoso
	Igreja paroquial de S. Lourenço	Codessoso
	Capela de S. Frutuoso	Secerigo
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Casario tradicional	Codessoso
	Forno do povo	Codessoso
	Forno do povo	Secerigo
Freguesia Covas do Barroso		
Património Arqueológico	Alto do Castro/Castelo	Covas do Barroso
	Castro do Poio	Poio/Covas do Barroso
	Povoado de S. Martinho	Lugar de S. Martinho
	Povoado do Cemitério de Covas do Barroso	Covas do Barroso
	Povoado de Santa Bárbara	Santa Bárbara

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
Património Edificado	Capela de Nossa Senhora da Saúde	Covas do Barroso
	Cruzeiro	Covas do Barroso
	Igreja Paroquial	Covas do Barroso
	Tribunal	Covas do Barroso
	Capela de S. José	Romão
	Capela de Santa Bárbara	Covas de Barroso
	Arcossólio de D. Afonso Anes de Barroso	Igreja paroquial de Covas do Barroso
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Moinhos de rodízio	Covas do Barroso
	Forno comunitário	Covas do Barroso
	Fontanário	Covas do Barroso
Freguesia de Curros		
Património Edificado	Capela de Mosteirão	Mosteirão
	Capela de S. Brás	Antigo de Curros
	Cruzeiro	Curros
	Igreja de Nossa Senhora das Neves	Curros
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Forno do povo	Antigo de Curros
	Forno do povo	Curros
	Moinhos	Mosteirão
Freguesia Dornelas		
Património Arqueológico	Castro das Ervas Ruivas/Areais	Lousas
	Castro de Gestosa	Gestosa
Património Edificado	Alminhas	Vila Grande
	Capela	Vila Grande
	Capela da Senhora das Neves	Vila Pequena
	Capela de S. Bento	Gestosa
	Capela de S. Marcos	Lousas
	Capela de Santo Antão	Espertina
	Igreja Paroquial Igreja Matriz de S. Pedro	Vila Grande/Dornelas
	Pelourinho	Dornelas/Vila Grande
	Tribunal	Vila Grande
	Cruzeiros	Dornelas
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Casario	Vila Grande
	Casario tradicional	Gestosa
	Dorna em pedra	Vila Grande
	Forno do povo	Antigo
	Forno do povo	Vila Pequena

BOTICAS: UM TERRITÓRIO, UM PATRIMÓNIO, UM DESTINO TURÍSTICO?

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
	Moinhos negreiros (moem no Inverno)	Regato de Rebordelos
	Moinhos negreiros	Ribeiro de Cerdedo
	Moinhos negreiros	Rio de Lousas
Freguesia de Fiães do Tâmega		
Património Edificado	Ponte de Arame	Veral
	Igreja Paroquial de Santa Susana	Fiães do Tâmega
	Capela de S. Martinho	Veral
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Forno do povo	Fiães do Tâmega
Freguesia da Granja		
Património Arqueológico	Castro do Cabeço	Cabeço / Granja
Património Edificado	Calvário	Granja
	Capela de S. Domingos	Granja
	Capela particular	Granja
	Convento da Granja	Granja
	Igreja paroquial	Granja
Freguesia de Pinho		
Património Arqueológico	Castro do Mouril	Pinho
	Povoado da Lage/Prados	Lage / Prados / Pinho
	Castelo do Couto dos Mouros	Pinho
Património Edificado	Calvário	Pinho
	Calvário	Valdegas
	Quinta de Santa Bárbara	Valdegas
	Santuário do Senhor do Monte	Pinho
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Relógio de sol	Valdegas
	Moinhos	Pinho
	Barca de passagem	Sobradelo
Freguesia de S. Salvador		
Património Arqueológico	Túmulos do alto da raposeira	Agrelos
	Castro do Lesenho / Outeiro Lesenho (IIP)	Lesenho / Campos
	Túmulos de Reigal / Chã de Lesenho	Campos
	Sepultura de S. Salvador do Mundo	S. Salvador do Mundo / Viveiro
Património Edificado	Santuário do Divino Salvador do Mundo	Lugar do Viveiro
	Cruzeiro	Agrelos
	Capela de S. Mamede	Agrelos
	Capela de S. Marçal	Bostofrio
	Capela de Santo Amaro	Campos

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
	Casa do morgado	Agrelos
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Forno do povo	Agrelos
	Forno do povo	Bostofrio
	Forno do povo	Viveiro
Freguesia de Sapiãos		
Património Arqueológico	Castro de Sapelos	Castro/Sapelos
	Castro do Muro ou Casas dos Mouros	Sapiãos
	Castro do Muro ou da Cerca	Sapelos
	Minas	Sapelos
	Povoado do cemitério de Sapiãos	Muro/Sapiãos
	Necrópole de Sepulturas de Pássaros (antropomórficas)	Pássaros
	Sarcófago de seixas	Sapiãos
	Padrão/Lapada/Lapavale (miliário/sepultura antropomórfica)	Sapelos/Lapavale
	Calçada/via romana/caminho/caminho da Carvalhosa	Carvalhosa/Sapelos
	Calçada/via romana/caminho da Senhora dos Milagres	Sr.ª dos Milagres/Sapiãos
Património Edificado	Alminhas	
	Calvário	Sapiãos
	Capela de Nossa Senhora dos Anjos	Sapiãos
	Capela de Santo Amaro	Sapelos
	Cruzeiros	Sapiãos
	Cruzeiro	Sapelos
	Igreja Paroquial de S. Pedro	Sapiãos
	Igreja românica (IIM)	Sapiãos
	Santuário do Senhor dos Milagres	Sapelos
	Capela particular do século XVIII	Sapiãos
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Forno do povo	Sapiãos
	Forno do povo	Sapelos
Freguesia de Vilar		
Património Arqueológico	Alto do Castro ou Castelo dos Mouros	Vilar
	Gravuras de Chainça	Vilar
	Gravuras de Quilhoso/Penedos dos Lobos	Vilar
	Gravuras de Quilhoso/Corgo de Assobrigo	Vilar
	Veiga 1/sepulcro sob túmulos	Necrópole da Veiga de Vilar/Veiga

Categorias Patrimoniais	Designação	Localização
	Veiga 2/sepulcro sob túmulos	Necrópole da Veiga de Vilar/Veiga
	Veiga 3/túmulos	Necrópole da Veiga de Vilar/Veiga
	Veiga 4/sepulcro sob túmulos	Veiga
Património Edificado	Capela do Senhor dos Milagres	Vilar
	Cruzeiros	Vilar
	Igreja Paroquial da Senhora da Guia	Vilar
Aldeias Históricas/Arquitetura Rural	Fonte de mergulho	Vilar
	Forno do povo	Arrabal de Baixo/Vilar
	Forno do povo	Arrabal de Cima/Vilar

Elaboração própria com base em Câmara Municipal de Boticas 2006; Fontes e Andrade 2010.

Dos bens que foram alvo de classificação, apenas estão contidas duas categorias de classificação oficial que se distribuem pelos *Imóveis de Interesse Público* (IIP) e pelos *Imóveis de Interesse Municipal* (IIM).

Tabela n.º 2 – Lista do património classificado do concelho de Boticas

Designação	Classificação	Localização
Capela de Santa Margarida /Atilhó	Imóvel de Interesse Municipal	Alturas do Barroso
Igreja Românica	Imóvel de Interesse Municipal	Sapiãos
Igreja de Santa Maria	Imóvel de Interesse Público	Covas do Barroso
Cruzeiro de Covas do Barroso	Imóvel de Interesse Público	Covas do Barroso
Pelourinho de Dornelas	Imóvel de Interesse Público	Vila Frade/Dornelas
Ponte Pedrinha	Imóvel de Interesse Público	Beça
Conjunto habitacional de Cerdedo	Imóvel de Interesse Municipal	Coimbró/Cerdedo
Castro de Cabeço	Imóvel de Interesse Público	Granja
Castro de Carvalhelhos	Imóvel de Interesse Público	Beça
Castro de Gestosa	Imóvel de Interesse Público	Dornelas
Castro de Lesenho	Imóvel de Interesse Público	S. Salvador de Viveiro
Complexo Mineiro do Vale Superior do Rio Terva	Imóvel de Interesse Público	Ardãos e Bobadela

Elaboração própria com base em Câmara Municipal de Boticas 2006; Fontes e Andrade 2010.

4. CONCLUSÕES

Em forma de conclusão, importa reafirmar a necessidade urgente de um trabalho de diagnóstico no terreno que nos irá sustentar uma melhor avaliação do território de Boticas e do seu património, como forma de afirmação de um destino turístico.

Salienta-se a convicção de que a história e o património cultural são pilares importantes no setor do turismo, sendo os territórios os contentores desses recursos patrimoniais e culturais, elementos que os qualificam de uma forma diversa e promovem a sua identidade.

A identidade específica de cada território é a sustentabilidade das regiões que podem assentar a sua atratividade na visitação do património, património esse necessitado de interpretações, formas de olhar, perceber e comunicar, presentes nalgumas questões conceptuais fundamentais para serem trabalhadas previamente   integração do património nos domínios tursticos, ou seja, anteriormente   disponibilização de usos– o usufruto social, educacional e público e os significados – a interpretação, a comunicação e divulgação.

Sustentados que estão alguns destes princípios e destas abordagens, com a Carta de Burra ou com a Carta *Ename*, enunciam-se e salientam-se alguns critérios para a valorização de um monumento ou sítio que, como conceito extenso, abarca todas as etapas necessárias para propiciar esse usufruto público, incluídas a proteção, conservação, interpretação, divulgação e monitorização. Partiremos, assim, deste contexto para avançar de forma dirigida para a valorização do património em Boticas e para a criação de metodologias e critérios para criar uma carta patrimonial do Concelho.

A metodologia de abordagem desenvolvida para o património do concelho de Boticas justificou uma divisão em 3 categorias: Património Arqueológico, Património Edificado, Aldeias Históricas/Arquitetura Rural, divisão essa recorrente de uma visão global dos recursos existentes. Considerou-se a Arquitetura Rural no âmbito das aldeias históricas como elementos integrados do seu património. Estes são os principais elementos do património cultural construído de Boticas e do território. Note-se que a Câmara Municipal referenciou muitos dos seus monumentos, mas, na análise documental, verificamos a necessidade de uma categorização mais exigente do património e da cultura local com o intuito de promover redes e melhorar a comunicação.

A identificação de 218 elementos patrimoniais em 10 freguesias é significativa num concelho rural de parco povoamento ao longo da sua história. Registaram-se 63 sítios arqueológicos, 101 elementos do património edificado, dos quais 85 são património religioso e os restantes são elementos da paisagem dos povoados rurais, que incluímos na categoria de Aldeias Históricas/ Arquitetura Rural. Há um predomínio do património religioso, seguido do arqueológico, destacando-se entre os elementos arqueológicos do concelho os castros, as mamoadas, povoados diversos, minas, necrópoles, gravuras rupestres, túmulos e vestígios de calçadas e vias romanas.

No âmbito do património edificado religioso os recursos estão representados pelas igrejas, cruzeiros, alminhas e capelas dedicadas a diversos oragos. As aldeias históricas, dispersas pelo concelho, cont m diversos elementos como o casario rural, as fontes e fontanários, os moinhos anexos a ribeiros e os fornos comunitários, designados de Forno do Povo. Existem ainda alguns elementos do património edificado civil e militar como casas senhoriais, torres, castelejos, atalaias e tribunais.

Com relevo na comunicação do património, os museus rurais surgem em Alturas do Barroso e Boticas.

Regista-se uma parca classificação do património, apenas a classificação de Interesse Público e Municipal, embora se aguarde o despacho de outros bens em vias de classificação.

Inquestionável o vasto património cultural do concelho de Boticas   necessário, no entanto, conhecer bem os seus valores e desenvolver um conjunto de a es que permitirão entender de que forma esse desenvolvimento como destino turstico, assente nos recursos patrimoniais, se pode efetuar com sustentabilidade. Na realidade, há ainda muitos recursos de grande interesse para o Turismo inexplorados em Boticas, as redes de visitação com outros cong neres não estão criadas e os atores locais não desenvolveram estratégias de desenvolvimento do turismo cultural e patrimonial.

Assim, um estudo urgente e necessário passa pelo diagnóstico rigoroso, a implementar no terreno para avaliar o potencial turístico específico dos seus recursos, bem como procurar novas evidências, alinhar descrições, referenciar e ajustar localizações, determinar o potencial de visitação, com a análise das necessidades de intervenção, no que diz respeito a futuras a oes de proteção, conserva o, interpreta o, divulga o e monitoriza o.

Este será a próxima etapa de um processo longo de análise que apenas iniciamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos Científicos

- AAS, Ladkin & FLETCHER (2005) – “Stakeholder collaboration and heritage management”. *Annals of Tourism Research*, 32 (1): 28-48.
- CARTER, R. W & BRAMLEY, R. (2002) – “Defining Heritage Values and Significance for Improved Resource Management: an application to Australian tourism”. *International Journal of Heritage Studies*, 8 (3): 175-199.
- MATOS, O. (2008). – “Valoriza o de Sítios Arqueol gicos”. *Praxis Archaeologica*, 3: 31-46 (ISSN1646-1983). [repositoriodeficheiros.yolasite.com/resources/Musealiza o%20em%20Arqueologia.pdf (Site acedido em 17 de novembro de 2017).
- PORIA, Y.; BUTLER, R. & AIREI, D. (2003) – “The core of heritage tourism”. *Annals of Tourism Research*, 30 (1): 238-254.
- PRATS, L. (2003) – “Patrimonio + Turismo  Desarrollo?”. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1 (2): 127-136.
- PRATS, L. (2009) – “Heritage according to scale”. *Heritage and Identity: Engagement and Demission in the Contemporary World*. Marta Anico, Elsa Peralta (eds.). NY: Routledge, pp. 76-89.
- VINUESA, M. A. T. (1998) – “Turismo y desarrollo sostenible en las ciudades históricas”. *Er a*, 47: 211-227.

Cap tulos em livros

- PATIN, V. & VINCENT, J. M. (1993) – “Patrimoine culturel et tourisme en France”, in *ISC Economics of Conservation*. ICOMOS: 116-118.
- RIBEIRO, V.; REMOALDO, P. & GUTIÉRREZ, J. (2014) – “Mapping transport disadvantages of elderly people in relation to access to bus stops: contribution of geographic information”, in A. Condenc o-Melhorado, A. Reggiani e J. Puebla (Ed.), *Accessibility and Spatial Interaction*. UK: Edward Elgar Publishing, pp. 156-173.
- SCHEMUCKLE-MOLLARD, C. & MOSSER, F. (1993) – “Monuments ouverts au public”, in *ISC Economics of Conservation*. ICOMOS: 139-144.

Livros

- C mara Municipal de Boticas (2006) – *Preserva o dos H bitos Comunit rios nas Aldeias do Concelho de Boticas*. S/l: C mara Municipal de Boticas.
- CAPELA, J. V.; BORRALHEIRO, R.; MATOS, H. (2006) – *As freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias paroquiais de 1758: Memória, H st ria e Património*. Braga.

FONTES, L. & ANDRADE, F. (2010) – *Revisão do Inventário Arqueológico do Concelho de Boticas: Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M.* Memórias, 8. Braga.

GONÇALVES, O. (2007) – *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã.* Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade Aberta de Lisboa.

MARTINS, C. (coord.) (2010) – *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental.* Porto: CITCEM.

Instituto Nacional de Estatística (2013) – *Anuário Estatístico da Região Norte, 2012.*

Websites

Carta de Burra (1999) acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

Carta de Veneza (1964) acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

Carta Internacional sobre Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

Carta de Itinerários Culturais (ICOMOS) acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

Código Ético Mundial para o Turismo (2001) acedida a 17 de novembro de 2017 em
http://www.cultura.gob.mx/turismocultural/documentos/pdf/codigo_etico_OMT.pdf

Convenção de Faro (2005) acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

DORMAELS, M. (2012) – “Identidad, comunidades y patrimonio local: una nueva legitimidad social”, in *Alteridades*, 22. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74728321007>>. ISSN 0188-7017.

ICOMOS (2007) – *Icomos Ename Charter for the Interpretation of Cultural Heritage Sites.* Paris: Icomos. Acedida a 17 de novembro de 2017 em
<http://www.culturanoorte.pt/pt/documentos-e-multimedia/cartas-e-convencoes/>

Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural – Lei 107/2001, de 8 de setembro. <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>